O desenvolvimento econômico local: da perspectiva econômica a perspectiva sociocultural

The local economic development: of the economic perspective the sociocultural perspective

Juliano Strachulski Mestre em Gestão do Território, Doutorando em Geografia – UEPG, Brasil julianostrachulski@hotmail.com

Resumo

Este texto buscou articular algumas considerações acerca do desenvolvimento econômico local (DEL), apresentando definições e procurando compreendê-lo a partir da perspectiva econômica e sociocultural, destacando o que representam estas perspectivas. Neste sentido, foi possível compreender que o DEL sob a perspectiva econômica visa promover o crescimento econômico, considerando as especificidades locais como vantagens competitivas. Já a perspectiva sociocultural prioriza a participação da população local na construção de um projeto de DEL. A partir das definições de DEL se percebe que a perspectiva econômica é mais rígida do que a sociocultural, que permite realizar uma leitura acerca da importância da participação das pessoas do local como agentes e não somente beneficiários do DEL.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico local (DEL), perspectiva econômica, perspectiva sociocultural.

Abstract

This text sought to articulate some considerations about local economic development (LED), presenting definitions and seeking to understand it from the economic and sociocultural perspective, highlighting what represent these perspectives. In this sense, it was possible to understand that the LED under the economic perspective aims at promoting economic growth, considering local specificities as competitive advantages. Already the sociocultural perspective prioritizes the participation of local people in the construction of a project of LED. From the LED definitions one realizes that the economic perspective is more rigid than the sociocultural, that enables perform a reading about the importance of the participation of local people as agents and not just beneficiaries of the LED.

Keywords: local economic development (LED), economic perspective, sociocultural perspective.

1. INTRODUÇÃO

Como uma forma de alternativa ao processo excludente e homogeneizante (desenvolvimento em escala global), que privilegia os macro-processos produzidos pela globalização, especialmente aqueles ligados ao setor financeiro e tecnológico, insurgem os locais, níveis escalares menores que tendem a se destacar por suas especificidades competitivas (econômicas e socioculturais).

Por sua vez, o desenvolvimento econômico local (DEL) pode ser considerado como um processo que ocorre em um determinado território, que possui características competitivas e socioculturais distintas e que pode proporcionar melhora de qualidade de vida as pessoas que ali

moram. Ele pode ser analisado a partir de inúmeras perspectivas como o desenvolvimento humano, o buen vivir, o sustentável, contudo, aqui se pretendeu apresentar a proposta do desenvolvimento econômico local, analisado tanto pelo viés econômico como sociocultural.

A discussão acerca do DEL cada vez mais vem ganhando espaço na perspectiva de desenvolvimento local, de modo a proporcionar a inclusão de pessoas de classes sociais mais vulneráveis, além de possibilitar condições econômicas positivas e bem-estar social aos moradores locais. Desta forma, pode ser visto como uma das alternativas de investigação acerca da escala local.

Neste sentido, como objetivo, este trabalho buscou articular algumas considerações acerca do DEL, apresentando definições e procurando compreendê-lo a partir da perspectiva econômica e sociocultural, destacando o que representam estas perspectivas.

A perspectiva econômica do DEL é a mais disseminada e estudada, privilegiando as alianças entre empreendedores e poder público local na promoção do crescimento econômico, considerando as especificidades locais como vantagens competitivas. Por outro lado, a perspectiva sociocultural não deixa de lado o fator econômico, contudo prioriza a participação das pessoas do local na construção de um projeto de DEL, cujas especificidades culturais vão proporcionar o crescimento econômico e bem-estar social, possibilitando aos indivíduos a liberdade de escolha dos rumos que este desenvolvimento deve tomar.

2. A PERSPECTIVA ECONÔMICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Antes de se começar a falar na perspectiva de desenvolvimento local é preciso que se faça uma contextualização com o processo hegemônico e excludente da globalização, que se apresenta como a perspectiva mais representativa de desenvolvimento, cujos adeptos acabam privilegiando os macro-processos produzidos pela globalização, especialmente aqueles ligados ao setor financeiro e tecnológico, também analisando como tais processos afetam os locais e o dia-a-dia das pessoas (FONSECA, 2004).

A definição do processo de globalização por Boaventura de Sousa Santos se apresenta de forma a corroborar com os pressupostos acima elencados como inerentes a esta perspectiva de desenvolvimento, a qual,

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiro à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (SANTOS, 2005, p.11).

Nesta perspectiva de mundo globalizado e homogêneo, acredita-se que "as localidades são pontos funcionais dos processos globais e sobrevivem aquelas que ofereçam as melhores vantagens para diminuir os custos de transação e de produção das empresas" (FONSECA, 2004, p. 16). Esta fala também é corroborada por Yáñez (1997, p. 902) para quem,

"os processos locais são determinados pelas tendências de carácter geral, sem que os agentes (locais) possam neles intervir, pelo menos de forma significativa [...], pois o âmbito local não revela nenhum tipo de especificidade no que respeita a outras escalas. Os governos municipais, tanto como os centrais, de que aqueles são apenas uma parte, cumprem uma função de protecção e legitimação do sistema de acumulação capitalista" (YÁÑEZ, 1997, p. 902).

A perspectiva apontada por Yáñez (1997) revela uma tendência de seus representantes em menosprezar a importância e capacidade dos locais em fazer frente ao global, inferindo que,

"A grande mobilidade do capital financeiro, chave do processo global de reestruturação económica, obriga as localidades a estabelecerem relações de concorrência para atraírem sectores produtivos, sem que exista possibilidade de desenvolvimento económico ou social de carácter autônomo ou endógeno" (YÁÑEZ, 1997, p. 903).

Contudo, o local não pode ser pensado como um mero canal de reprodução das ações que ocorrem em escala global, nem como submisso a esta (REIS, 2005), mas deve ser visto como aonde se destacam as singularidades do processo de desenvolvimento econômico (COELHO, 1995).

Como contrapontos ao processo de globalização insurgem os locais, níveis escalares menores que ora tentam a se adaptar aos processos globais e ora fazem frente a estes, mediante suas especificidades, cuja escala mais provável de ação seria o território de um município ou de um conjunto de município com características similares. Segundo Santos (2006),

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2006, p. 114).

A concepção de desenvolvimento comumente é designada para se definir um processo histórico e complexo, atrelado a forma de organização social, política e econômica de uma determinada sociedade, congregando elementos como melhoria das condições de vida, progresso, mudança e crescimento (BRAGA FILHO; CAMPANHOL, 2008).

Ao se valorizar o local e a diversidade de possibilidades de desenvolvimento econômico nestas instâncias, ocorre uma oposição as propostas globais de desenvolvimento. O DEL se insere, assim, neste processo, (re)criando territórios de desenvolvimento, pautado na superação da pobreza

e geração de renda ao local, podendo ser definido como "o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local (para a ativação da economia local)" (VITTE, 2007, p. 78). Para Boisier (2000, p. 166), o DEL é,

Um processo de crescimento econômico e de câmbio estrutural que conduz a uma melhoria no nível da qualidade de vida da população local, no qual se pode identificar três dimensões: uma econômica, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos suficientes para ser competitivos nos mercados; outra, sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base ao processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegendo de interferências externas e impulsionando o desenvolvimento local.

Já para Bresser-Pereira (2004, p. 55) o desenvolvimento na perspectiva econômica "é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico por meio do qual a renda por habitante ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada".

Na perspectiva econômica do DEL o desenvolvimento normalmente está associado a progresso material (acúmulo de capital e bens), pessoal ("fazer a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), estando associado à modernização tecnológica (FONSECA, 2004).

Na visão de Swinburn et al. (2006) o escopo do DEL é "construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos" (SWINBURN et al., 2006, p. 1). Neste sentido, todas as esferas da sociedade: poder público local, empresários, órgãos não governamentais despendem esforços coletivamente para fomentar o crescimento econômico e aumentar a geração de empregos.

Para González (1998, p. 6) o DEL pode ser visto como "um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de reconstrução do tecido social e de geração de oportunidades de emprego e renda".

O DEL cada vez mais está sendo planejado como uma proposta de fortalecimento das entidades locais, proporcionando um ambiente mais profícuo para investimentos, aumento de produtividade e estimulando a competitividade dos empreendimentos locais. O local deve oferecer opções de melhora de qualidade de vida das pessoas criando novas oportunidades econômicas para poder lutar contra a pobreza (SWINBURN et al., 2006).

Nestes termos, "a concessão de incentivos fiscais e o financiamento de obras de infraestrutura são elementos fundamentais nas coalizões visando o desenvolvimento local" (FONSECA, 2004, p. 17), tendo em vista a grande pressão do capital sobre os governos locais e a falta de opção destes em fomentar a economia. Para tanto, as especificidades locais atuarão como um termômetro, indicando o potencial de DEL. Tais especificidades podem determinar uma vantagem (capacidade de atrair, gerar e reter investimentos) de determinada área em relação às outras.

Como exemplos destas vantagens se pode citar o norte do estado do Paraná com uma grande capacidade de atrair investimentos da sojicultura, pois possui condições físicas excelentes, como um relevo plano e seus solos altamente férteis e produtivos, o que resulta em uma produção maior do que de outras regiões do estado. De outro lado, se tem o exemplo da região metropolitana de Curitiba, concentrando o maior complexo industrial do estado, pois possui um grande cluster industrial que oferece vantagens a empresas de vários ramos para se instalarem nesta e não em outras regiões.

Na perspectiva do DEL, a partir da competição, alguns locais "ganham" e outros "perdem", sendo que, aqueles que ganham são considerados como detentores de um maior domínio de tecnologia, sendo especializados e possuindo uma intensidade maior de fluxos financeiros. Aqueles que "perdem" podem ser considerados como de uma economia estagnada. Isto acaba por intensificar as desigualdades entre os lugares, sendo os menos desenvolvidos economicamente aqueles que possuem menores vantagens competitivas em relação a outros (FONSECA, 2004).

Portanto "os atributos econômicos, sociais e físicos de uma comunidade irão determinar o projeto e a abordagem para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento econômico local" (SWINBURN et al., 2006, p. 1). Desta forma, para que o projeto de DEL obtenha êxito é necessário que haja superação dos desequilíbrios regionais (REIS, 2005), a partir do aproveitamento das potencialidades de cada local, ou seja, a partir de suas diferenças mais marcantes e que possibilitam crescimento econômico.

Neste processo, o governo municipal possui fundamental importância para que as estratégias do DEL se concretizem e as empresas privadas prosperem e possam gerar riquezas aos locais, mediante parcerias público/privadas (PPP), resultando em um DEL consolidado a partir da articulação entre empresários, poder público e população local como um todo. Neste sentido, Braga Filho e Campanhol (2008) propõe uma ação mais ativa e efetiva do governo municipal para fomentar o desenvolvimento econômico local a partir de algumas ações como,

promover a diversificação da atividade industrial procurando atrair novos investimentos; promover a diversificação da atividade industrial através de estímulos aos segmentos considerados novos com potencialidade de crescimento e de desenvolvimento; estimular a capacitação de empresários para melhorar a gestão das empresas através de convênios com universidades e outras entidades de apoio; organizar os setores da atividade industrial com vistas a identificar aqueles que desejam expandir suas atividades para o mercado internacional;

facilitar a participação de micros e pequenos empresários em feiras de negócios por meio da reativação ou aproveitamento de espaço local apropriado reduzindo os custos de participação;

captar recursos para financiar projetos de expansão e/ou modernização da atividade industrial;

desenvolver ações de marketing internacional com propósito de internacionalizar o município e a região em razão do seu potencial turístico; e

estimular e fortalecer as bases de uma verdadeira governança local através da articulação entre o governo local e o poder local (BRAGA FILHO; CAMPANHOL, 2008, p. 129).

Está forma de desenvolvimento está extremamente atrelada ao território, pois dele depende por vários motivos. Dentre estes se pode destacar as empresas que ao realizarem grandes investimento no local precisam de certo tempo para recuperar os gastos com o investimento e começar a gerar lucro; poder público, na forma de governo local que está atrelado a uma base territorial, possuindo dependências fiscais com o território local; além da necessidade de arrecadar fundos para pagar os investimentos em obras de infra-estrutura feitos com a intenção de atrair empresas (FONSECA, 2004).

De acordo com Cunha (2006) o território torna-se essencial para se efetivar o desenvolvimento local, pois possui uma materialidade fundamental, sendo suas dinâmicas primordiais aos grupos humanos, em especial as atividades econômicas locais que possuem dependência territorial.

Para tanto, os territórios são atores, interações, iniciativas, poderes etc., possuindo ações próprias, autonomia (REIS, 2005). Assim, evidencia-se que o local também é ator no processo de desenvolvimento econômico e que pode seguir suas próprias estratégias, pois,

Não deixa de haver certa ironia em que, no momento do aparente triunfo da economia Global das gigantescas transnacionais, geradoras mais de angústia que de empregos, se assista quase ao seu contrário, ao aparecimento de modalidades inventivas de uma economia do local, do particular, do micro. E que das duas, seja esta a mais capaz de humanizar a economia, criando trabalho, oportunidades de autoemprego, de independência, de respeito próprio. Será que é porque ela tem a escala, a dimensão do homem? (RICUPERO, 1998, p.2-2).

A dimensão do homem, como questiona Ricupero (1998) sobre o DEL, representa os modelos de desenvolvimento baseados no seu território de vivência e atuação, ou seja, é uma escala em que se pode controlar o processo de produção, acompanhar de perto as tomadas de decisão políticas e produzir uma economia baseada nas possibilidades que o território local oferece. Exemplos de modelos de DEL postos em prática pela implementação de políticas públicas são a economia solidária, o desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), os arranjos produtivos locais (APLs), dentre outros (VITTE, 2007).

Dentre estes modelos destaca-se os APLs¹ (conjuntos de empresas locais que operam em determinado setor) que podem ser considerados como instrumentos para se construir o DEL. Estes propiciam formas de dinamizar a economia local, possibilitando às pequenas empresas um território favorável à inovação tecnológica e contribuindo para formar sistemas de governos locais politicamente sustentáveis (VECCHIA, 2006).

Um exemplo de APL que vem gerando um considerável DEL é o APL de malhas de tricot de Imbituva-PR, o qual apresenta processos competitivos (fomento e "dinamismo") que proporciona renda e emprego a população local e ao próprio município. Este APL conta com uma associação de malharias (Imbitumalhas) e a realização da feira de malhas de Imbituva (Femai).

Nesta perspectiva econômica de desenvolvimento local ainda há alguns autores que não deixam de lado questões socioculturais, apesar de possuírem menor peso do que as econômicas. Dentre estes se destaca o professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha que acredita num desenvolvimento feito de baixo para cima, com a participação das pessoas do território local. Ele pensa o desenvolvimento como projeto, algo que remeta a um planejamento para o futuro; pensado como uma intervenção para mudar um processo e melhorar a vida das pessoas, atendendo as demandas locais, cuja escala de intervenção mais coerente seria a dos municípios (pequena escala).

Segundo Souza (1996) deve haver uma territorialidade autônoma, ou seja, os sujeitos devem controlar e dirigir seus destinos. Deve haver uma autonomia individual e coletiva, uma participação dos sujeitos no processo de desenvolvimento (SOUZA, 1996; MALUF, 2000). Tal pensamento é compartilhado também por Buarque (1999, p. 15) para quem "os atores sociais têm uma responsabilidade fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico local".

Apesar de se falar na participação ativa das pessoas que moram nas localidades o DEL visto somente pela perspectiva econômica pouco trata de questões socioculturais. Desta forma, para que haja êxito em um projeto de desenvolvimento de um determinado local se torna de vital importância que se pense além das questões econômicas e se possa captar os traços culturais deste e a partir disto desenvolver um projeto que abarque características culturais locais que possam ser revertidas em crescimento econômico e bem-estar humano.

3. A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Feita uma apresentação e refletindo acerca da perspectiva econômica do DEL se vê a necessidade de colocar esta forma de desenvolvimento a luz de algo que é mais facilmente

¹ Segundo o Ipardes (2006, p. 08) o APL é "um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, estão localizados em um mesmo território e apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem".

perceptível pelo ser humano: as questões socioculturais, pois a partir das características culturais de uma sociedade é que são expressos seus anseios e necessidades.

Desta forma, analisar o DEL somente pela perspectiva econômica acarreta numa analise muito "fria", rígida, sendo que para Martins (2002, p. 52) "Desenvolvimento associado a progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos", havendo "desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções".

Não que a perspectiva econômica seja simplista, mas DEL não pode ser meramente relacionado a isto, pois para muitas comunidades, como as tradicionais, nem sempre capacidade de compra, alto grau de tecnologização são considerados elementos de desenvolvimento, mas a simples satisfação pessoal com aquilo que tem e com aquilo que trabalha podem trazer a noção de desenvolvimento, mais afeito a sentimentos e emoções do que a questões meramente econômicas. Portanto, numa perspectiva sociocultural de DEL, este pode ser compreendido como,

[...] resultado de um esforço colectivo [...] é o resultado do esforço que cada sociedade faz para se desenvolver. A natureza e a intensidade desse esforço dependem, porém, das condições de estrutura, de cultura e de organização da sociedade. Uma «estratégia sócio-cultural de desenvolvimento» pode, pois, ser definida, a partir da análise dessas condições. [...] Por outro lado, [...] nem todas as sociedades se têm revelado igualmente «aptas» para se desenvolver. Enquanto povos materialmente mal dotados souberam superar o desfavor da sua condição original, outros que dispunham, em termos favoráveis, de largos recursos físicos e humanos mostraram-se incapazes de proficuamente os aproveitar. Porém, se cada sociedade é um agregado de indivíduos integrados numa estrutura de grupos, movendo-se dentro de uma cultura e sujeitos a uma organização — então, parece ser aí, ou seja: na estrutura, na cultura e na organização, que devem buscar-se as raízes de diferenças de aptidão, às quais as diversidades somáticas e geográficas não dão resposta bastante. Parece também que aí devem incidir acções tendentes a corrigir ou minorar tais diferenças (NUNES, 1963, p. 375-376).

Num primeiro Nunes (1963) ressalta que há sociedades que souberam se desenvolver mais do que outras, apesar das diferenças de ambiente e tecnologia. Contudo, em seguida cita a cultura como elemento que melhor expressa a aptidão de cada sociedade (lugar) em relação à outra (outro lugar ou ao global), ou seja, a partir da cultura de cada sociedade é que os lugares ganham especificidade e o desenvolvimento ganha contornos não somente de cunho econômico, mas também de caráter social.

Assim, "sob certo aspecto, a relação entre desenvolvimento econômico e condições de estrutura, de cultura e de organização social aparece como uma relação de dependência do primeiro ante as segundas" (NUNES, 1963, p. 376).

Em relação ao DEL pouco se reconhece que a cultura possui um importante papel, pois a meta a ser alcançada por qualquer sociedade não deve se basear unicamente no acúmulo de

riquezas, pois a realidade não somente é expressão da economia, mas também, e no mesmo grau de importância, da cultura, tendo em vista que,

- El crecimiento económico y el desarrollo deben estar en función de mejorar la calidad de vida.
- Es la cultura la llamada a desempeñar un papel de primer orden, por ser quien determina los valores que se encuentran apegados a esta calidad de vida.
- Un día se dice que el desarrollo debe ser viable, pero este no se logra sin la presencia de la cultura en el centro mismo de la dinámica del desarrollo (SOTÉS, 2006, s/p).

Neste sentido, o desenvolvimento econômico torna-se reflexo das características culturais locais que expressando o bem-estar proporcionam condições para que haja o DEL, destacando que é a sensação de bem-estar que culmina no desenvolvimento econômico e não este proporciona o bem-estar.

A relação entre a cultura e a economia parece bem elucidada por Fioretti e Florissi (2011, p. 5), considerando que "as relações e os processos culturais existem dentro de um entorno econômico e o funcionamento do sistema econômico se encontra dentro de um contexto cultural". Nesta concepção,

"a cultura influencia a decisão econômica, e por isso o seu peso no desenvolvimento socioeconômico" (VALIATTI; FLORISSI, 2007, p. 16), onde aspectos como a taxa de alfabetismo, o nível de nutrição, entre outros, fazem parte de um sistema cultural que são refletidos na atividade econômica total de uma sociedade (FIORETTI; FLORISSI, 2011 p.7).

Corroborando ao acima dissertado, o papel da cultura no processo de DEL é reconhecido uma vez que os grupos sociais possuem comportamentos estritamente relacionados aos valores e fatores culturais presentes no local. Desta forma, as características socioculturais do grupo influenciam sua conduta econômica (FIORETTI; FLORISSI, 2011). Assim, "Os projetos de desenvolvimento são tanto mais eficazes nos contextos locais quanto mais respeitarem e dialogarem com a cultura do lugar." (BURITY, 2007, p.58).

Desta forma, entende-se que a perspectiva sociocultural do DEL não deixa de lado as questões socioeconômicas, pois os locais também são parte integrante do sistema capitalista, é claro, com suas especificidades em relação ao global, mas privilegia mais o indivíduo e sua participação no processo de construção de um projeto de DEL e suas especificidades culturais, que vão proporcionar o crescimento econômico e bem-estar social. Assim, para que o DEL se concretize é importante que haja,

[...] esforço dos indivíduos, dos grupos, das instituições, do Estado. Mas as possibilidades, os estímulos, a intensidade e a eficácia desse esforço dependem da composição e situação dos grupos na sociedade, dos seus recursos culturais, das suas estruturas mentais, da natureza e orientação da organização social que os enquadra (NUNES, 1963, p. 382-383).

A partir da perspectiva sociocultural, Martins (2002, p. 52) assevera que, "O verdadeiro diferencial do DEL não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento".

Para Ávila (2006, p. 138) a concepção de DEL deve ser vista como "processo de desenvolvimento cultural e socieconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto mesmo – que – participante desse processo".

A idéia de DEL deve ser pautada na necessidade de ser pensado em relação às especificidades de cada local, não adotando modelos prontos a que este deve se enquadrar. Ao contrário, devem haver consultas as pessoas para criar perspectivas de desenvolvimento que contem com a participação popular e sejam condizentes com suas necessidades e características culturais e que demonstrem potencialidade de geração de renda.

Na análise sociocultural do DEL este pode ser visto como resultante da iniciativa comum, da capacidade inventiva e empreendedorismo da comunidade em que esta sendo implantado. Segundo Martins (2002) deve ser visto como mais do que um conceito, sendo considerado um evento singular, que resulta da ação das pessoas sobre seu território, com base em características culturais capazes de encontrar soluções para problemas básicos com vistas a promover a qualidade de vida na comunidade. Neste sentido,

[...] os padrões institucionais, as normas e os valores sociais próprios de cada local actuam como filtro dos processos que têm lugar fora do seu próprio âmbito e demonstram capacidade para estabelecerem normas de desenvolvimento económico e social de carácter relativamente autônomo [...] (YÁÑEZ, 1997, p. 903).

Tal concepção também é corroborada por Fragoso (2005), afirmando que o DEL deve ser visto como a possibilidade das populações locais planejarem um futuro num território visto sob uma perspectiva aberta e flexível. Seus objetivos mais importantes englobariam melhora da qualidade de vida dos moradores locais, bem como ampliar seus níveis de auto-estima e de organização socioeconômica e cultural. Já para Moraes (2003) a participação da população no DEL é de extrema importância, pois,

No ambiente do território é onde interagem as organizações comunitárias, as unidades empresariais, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros. Isso exige o desenvolvimento de instituições que sejam democráticas, modernas, representativas, transparentes e competentes e que possibilitem o planejamento com participação da população. Para isso, são necessários mecanismos diferenciados de gestão, que articulem os governos e as instituições locais com a sociedade (MORAES, 2003, p. 6).

Nestes termos, o DEL deve ser feito de baixo para cima, ou seja, deve possibilitar aos indivíduos que vão fazer parte deste desenvolvimento a liberdade de escolha dos rumos que este desenvolvimento deve tomar, devendo ser construído por e para as pessoas do local. O DEL construído a partir da participação da população e com base em suas características socioculturais,

[...] pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. [...] Este empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002, p. 25).

Portanto, é preciso levar em conta que os atores de uma comunidade são capazes de identificar os fatores culturais e sociais que vão oferecer possibilidades para que o desenvolvimento econômico aconteça, pois a economia local é o reflexo do papel da comunidade no processo de DEL.

Além da participação da população na dinâmica do DEL outros elementos que podem fazer parte da análise sociocultural se referem às liberdades substantivas inerentes a capacidades humanas elementares de uma comunidade como a capacidade de evitar a fome, de saber ler, de gozar de liberdade política e bem-estar social, entre outras (SEN, 2000).

No contexto do DEL a dimensão sociocultural ganha grande ênfase, sendo que pode ser uma das possibilidades para a diferenciação de produtos em relação às comunidades locais a partir do momento que passem a interagir com um mercado global, pois,

Dentre as diversas ações que podem funcionar como catalisadoras do processo de dinamização de um aglomerado empresarial, a indução da diferenciação de produtos e serviços através da incorporação de fatores culturais de uma localidade que sejam capazes de interagir com as atividades econômicas predominantes pode gerar efeitos dinâmicos que redundem no aumento da capacidade inovativa e associativa das empresas locais (PEREIRA; HERSCHMANN, 2003).

Um exemplo de proposta de DEL que leva em consideração a cultural loca é a dos SIALs² (Sistemas Agroalimentares Localizados), que possibilitam estabelecer uma ligação entre desenvolvimento econômico e cultura local, proporcionando agregar valor aos produtos locais, incorporando elementos como tipicidade e especificidade.

O DEL portado pelo SIAL pode ser assim exemplificado: se várias famílias (microempresas) de um determinado local são produtores de queijo e são reconhecidas por sua forma tradicional de produzir, e o governo (universidades, poder público municipal, etc.) resolve

_

² Organizações de produção e serviços (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços, gastronômicas, etc.) associadas por suas características e funcionamento em um território específico. O meio, os produtos, as instituições, seu saber-fazer, seu comportamento alimentar, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de alimentação agroalimentar em uma escala espacial dada (MUCHNIK, 2006, p. 1).

implantar um projeto visando expandir sua produção, este deve levar em consideração características da cultura local e os anseios das pessoas. Desta forma, estará respeitando a vontade dos moradores e suas características tradicionais de produção de queijo o que também acaba acarretando em valorização do produto, reconhecido por sua singularidade: técnicas, instrumentos e saberes, um projeto construído de baixo para cima. Portanto,

É a dimensão cultural que fortalece, potencializa e pereniza valores culturais, saberes populares [...]. Ações concebidas e implementadas com base nesse compromisso tendem a ser mais bem assimiladas pelos beneficiários e contribuem para o fortalecimento do Desenvolvimento econômico local [...] (GONÇALVES, 2013, p. 85).

Neste sentido, o DEL é visto numa perspectiva do sujeito, ou seja, ele se torna protagonista nesta dinâmica, de modo que as características sociais, econômicas e culturais dos locais são singulares, não permitindo que tenham que se adequar a modelos prontos, cuja coletividade tem a capacidade de estabelecer suas próprias estratégias de desenvolvimento, segundo as particularidades locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se articular algumas considerações acerca do DEL, apresentando definições e o que representa cada perspectiva do DEL abordada, sendo elas a econômica e a sociocultural.

O desenvolvimento econômico local tem ganhado destaque e adeptos, que o vêem como uma alternativa ao processo hegemônico e homogeneizante da globalização, pois como afirma Fonseca (2004, p. 24) "muitas vezes as maiores respostas estão no próprio local e não somente no global".

Esta proposta, no entanto, não deve ser avaliada somente por uma perspectiva: a econômica, que é a mais disseminada e estudada, mas também se deve fazer uma análise do DEL a partir da perspectiva sociocultural, que traz outros elementos em jogo além da perspectiva de crescimento econômico.

Se faz importante destacar que o DEL tanto se refere ao crescimento econômico, à ação dos empresários e poder público, como também a participação das pessoas na construção deste processo, possibilitando abordagens que visem combater problemas como falta de representatividade e baixo crescimento econômico.

Neste sentido, foi possível verificar que a perspectiva econômica do DEL acaba dando menor importância às pessoas e mais importância as alianças entre empreendedores e poder público local na promoção do crescimento econômico, considerando as especificidades locais como vantagens competitivas.

Por outro lado, a perspectiva sociocultural não deixa de lado o fator econômico, contudo, prioriza a participação das pessoas do local na construção de um projeto de DEL, cujas especificidades culturais vão proporcionar o crescimento econômico e bem-estar social, possibilitando aos indivíduos a liberdade de escolha dos rumos que este desenvolvimento deve tomar.

Porém, vale destacar que há um elo entre as duas abordagens que é a questão do território³ como fator chave para que ocorra o DEL, sendo este caracterizado por suas singularidades, ressaltando a importância de se propor o desenvolvimento em escala local, pois é neste nível que se vive, trabalhando e participando de seu crescimento (sociocultural e econômico).

Por fim, vale destacar que o DEL pressupõe um conjunto de condições para sua efetivação, com vistas ao crescimento econômico e satisfação e participação da população local nesta dinâmica, que ora permite que o fator econômico predomine e ora permite que o fator sociocultural seja mais determinante, dependendo da análise que se queira fazer e do projeto de DEL que se queira implantar.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **INTERAÇÕES**, **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 133-140, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a14v8n13.pdf. Acesso em: 25 nov. 2014.

BOSIER, S. Desarrollo (local): ¿Dé qué estamos hablando? In: BECKER, F.; BANDEIRA, S. P. (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional:** determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. p. 151-185.

BRAGA FILHO, H.; CAMPANHOL, E. M. Desenvolvimento econômico local e regional: propostas para uma política pública municipal. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 2, p. 84-143, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: INCRA/IICA, 1999. 104p. Disponível em: http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177p.

.

³ Aqui não se pretendeu discutir a conceituação de território, nem se pretendeu um aprofundamento de sua relação com o DEL, se tratando mais de uma contextualização, deixando em aberto uma discussão mais aprofundada entre território e DEL.

BURITY, J. Cultura e desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, M. G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 51-65.

COELHO, F. D. Reorganização do território e desenvolvimento Local. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 65, p. 42-49, 1995.

CUNHA, L. A. G. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 261-282, 2006.

FIORETTI, E. C.; FLORISSI, S. Políticas culturais e desenvolvimento socioeconômico: alternativas de produtores e articuladores culturais em Boa Vista, no estado de Roraima. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 1-18. Disponível em: . Acesso em: 15 dez. 2014.

FONSECA, A. A. M. Localismo e território diante das dinâmicas globais. RDE. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 10, p. 15-25, 2004. Disponível em: http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/99. Acesso em: 22 nov. 2014.

FRAGOSO, A. "Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas". **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, p. 63-83, 2005.

GONCALVES, M. F. R.. Manual do Prefeito. 14. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2013. 219p.

GONZÁLEZ, R. R.. La Escala del Desarrolo: Definición y Aspectos Teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 5-15, 1998.

IPARDES. Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná: etapa 1 - Identificação, Mapeamento e Construção da Tipologia das Aglomerações Produtivas. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2006. 33p.

MALUF, R. Atribuindo sentido a noção de desenvolvimento econômico. **Revista de Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-52, 2000.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002. Disponível em:

http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/textos/Desenvolvimento%20Local%20-%20quest%C3%B5es%20conceituais%20e%20metodol%C3%B3gicas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2014.

MORAES, J. L. A. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, 2003.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL. 3., 2006, Baeza. **Anais eletrônicos...** Baeza: RED SIAL, 2006. p. 1-20. Disponível em:

http://syal.agropolis.fr/ALTER06/pdf/actes/c14.pdf. Acesso em: 28 nov. 2014.

NUNES, A. S. A perspectiva sócio-cultural do desenvolvimento econômico. **Análise Social**, Lisboa, v. 1, n. 3, p. 375-401, 1963. Disponível em:

http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155194Z3uBA7on4Zs97ZS9.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2014.

PEREIRA, C. A. M.; HERSCHMANN, M. Comunicação, cultura e gestão de organizações privadas e públicas na perspectiva do Desenvolvimento local sustentável. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. p. 1-14. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/139348543510968529871089203142693920803.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

REIS, J. Uma epistemologia do território. **Revista Estudo, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-73, 2005.

RICUPERO, R. O realismo do impossível. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 2, 21 fev. 1998.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In:______. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174p.

SWINBURN, G.; GOGA, S.; MURPHY, F. **Desenvolvimento econômico local:** um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Washington, DC: Banco Mundial (BIRD), 2006. 92p. Disponível em:

http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648

1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Cia de Letras, 2000. 416p.

SOTÉS, R. J. S. La cultura y desarrollo: raíces culturales del desarrollo económico, un análisis desde la perspectiva del pensamiento económico del Ché. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL SOBRE ECONOMÍA, POLÍTICA Y ÉTICA. 3., 2006, Málaga. Anais eletrônicos... Málaga: EUMED.NET, 2006. s/p. Disponível em: https://www.eumed.net/eumednet/eve/resum/06-05/rjss.htm. Acesso em: 12 dez. 2014.

SOUZA, M. L. A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do Desenvolvimento sócio espacial. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-22, 1996.

VECCHIA, R. V. R. D. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, v.4 n.1, p. 31-50, 2006. Disponível em: http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/634. Acesso em: 10 dez. 2014.

VITTE, C. C. S. Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território. **Scripta Nova - Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, s/p, 2007. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24550.htm. Acesso em: 22 dez. 2014.

YÁÑEZ, C. J. N. Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento. **Análise Social, Lisboa**, v. 32, n. 143-144, 1997, p. 901-912.

Trabalho enviado em 18/03/2016 Trabalho aceito em 29/11/2016